

Justiça salarial é defendida por Frejat

A defesa da equivalência salarial, como elemento de equilíbrio entre as forças que compõem o trabalho remunerado, é um dos projetos do candidato a uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, Jofran Frejat, acreditando na postura positiva dos empregadores.

“Hoje em dia, grande parcela de empregados é discriminada e o que buscamos é o princípio da isonomia, isto é, para trabalhos iguais, salários iguais”, diz Frejat, acrescentando que os assalariados são quase sempre iludidos em sua boa-fé, às vezes, mesmo conhecendo seus direitos, deixam de procurar meios legais para reclamar com medo do desemprego, ficando angustiados e, conseqüentemente menos produtivos em suas tarefas.

Segundo Frejat, no serviço público o problema existe em menor escala, mas é na iniciativa privada que a questão se agrava, sobretudo no caso das mulheres, eternas vítimas da discriminação. “Nas empresas privadas, quase sempre a mulher trabalha mais que o homem, às vezes em dobro, recebendo um salário menor e sendo mais pressionada em função das licenças médicas, no caso de gravidez”.

O candidato a deputado federal pelo Partido da Frente Liberal destaca que as distorções salariais, vi-

vidas por funcionários de algumas empresas do Governo, são “verdadeiros disparates”, citando como exemplo a classificação das empresas por nível, distanciando os servidores que fazem o mesmo tipo de trabalho em órgãos diferentes. Frejat insiste na defesa do princípio da igualdade, lembrando que ninguém deve ser discriminado por questões que impliquem em preconceito de raça, sexo, credo ou idade.

As teses defendidas por Jofran Frejat não param por aí. O candidato já está elaborando projetos que possam minimizar as conseqüências do arrocho salarial, impostas pelo Decreto-lei 2065, tomando a primeira iniciativa durante o período em que permaneceu como secretário-geral do Ministério da Previdência e Assistência Social. Nesta época, concedeu aos funcionários a gratificação por atividades previdenciárias e a gratificação de incentivo às atividades médicas e odontológicas.

Para Jofran Frejat, a administração pública só tem a ganhar com atitude como estas. Outro exemplo ainda como titular da Secretaria-Geral do MPAS, reduziu a carga horária de trabalho e estabeleceu o horário corrido de seis horas para todos os funcionários, sem qualquer prejuízo do atendimento ao público, já que os funcionários foram divididos em dois turnos.